

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2023 a 30/09/2023

Assunto: "Reforma Administrativa" or "PEC 32, de 2020"

Documento 1/10

164.2023	Sessão Ordinária - CD	04/09/2023-19:40
Publ.: DCD - 05/09/2023 -	Darci de Matos-PSD -SC	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado discorreu sobre as três reformas que considera fundamentais para o futuro do Brasil. Em primeiro lugar, destacou a importância da reforma da Previdência, que estabilizou o déficit previdenciário e garantiu aposentadorias e pensões para os brasileiros. Em seguida, enfatizou a necessidade da reforma tributária, recentemente aprovada pela Casa, como um passo crucial para simplificar e tornar mais justo o sistema tributário brasileiro. Salientou a importância de evitar sobrecarregar o setor de serviços e de garantir transparência na tributação. Por fim, abordou a reforma administrativa, que considera essencial para modernizar o serviço público brasileiro. Destacou a inclusão da meritocracia e da avaliação de desempenho dos servidores como medidas positivas para tornar o serviço público mais eficiente. Ressaltou a importância de manter a estabilidade para os servidores de carreira típica de Estado e o princípio da subsidiariedade. Concluiu afirmando que, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, a reforma administrativa será debatida e votada após a reforma tributária, com o objetivo de fortalecer o futuro do Brasil.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. V.Exa. é muito gentil.

Eu quero saudá-los, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da *TV Câmara*, e utilizar esse tempo do PSD e do bloco, com a permissão do meu Líder, meu grande Líder Antonio Brito, para falar, Sr. Presidente, das três reformas fundamentais para que nós possamos pensar, e não só pensar, mas também agir no sentido de construir um futuro melhor para o Brasil.

Primeiro, Sr. Presidente, são três as reformas estruturantes. A reforma da Previdência, que nós já fizemos e aprovamos nesta Casa há 2 anos, providencial e fundamental porque estancou um déficit de quase 1 trilhão de reais e que garante o pagamento das pensões, sobretudo, das aposentadorias para aqueles que têm menos em nosso País. A segunda reforma, Sr. Presidente,



trata-se da reforma tributária, necessária e fundamental porque o nosso sistema tributário é antigo, arcaico, atrasado, ineficiente. Nós não estamos conseguindo fazer com que o Brasil possa ser um país competitivo. E nós não estamos conseguindo tributar, Sr. Presidente, a nova economia: Airbnb, Google, Netflix, telemedicina e outras atividades e outros setores.

Sr. Presidente, a reforma tributária que foi aprovada há poucos dias nesta Casa, que definiu os limites, o arcabouço geral, é necessária e fundamental porque nós precisamos legar para o País, para a população, mas principalmente para o setor produtivo, um sistema tributário que seja justo. Hoje nós estamos tributando 29% sobre o consumo e 22% sobre a renda, exatamente ao contrário do que fazem os Estados Unidos e os demais países desenvolvidos. Nós temos que legar para o povo brasileiro, e esta Casa está fazendo isso, um arcabouço tributário que seja transparente para que nós possamos saber para onde é que estão indo os nossos impostos, quanto custam os produtos que nós estamos consumindo. E nós precisamos legar para o Brasil um sistema tributário, Sr. Presidente, mais simplificado, mais simples. Hoje, o setor produtivo gasta muito para poder simplesmente promover o recolhimento. Enquanto países gastam 200 horas, nós gastamos quase 2 mil horas. Isso é Custo Brasil. Isso tira a condição de o Brasil competir no mundo globalizado.

Sr. Presidente, como todos sabem, nós aprovamos os limites. Ou seja, os itens que tratam da alíquota do fundo federativo, da transição do IVA e outros itens serão debatidos e aprovados nesta Casa através dos projetos de lei complementar.

Nós temos que ficar atentos, porque o que interessa exatamente para o povo brasileiro é o conteúdo desses projetos de lei complementar. Por exemplo, quais são os produtos que serão isentos da cesta básica? Nós temos que ficar atentos ao setor de serviços, porque a indústria credita e o setor de serviços não credita. Nós não podemos onerar o setor de serviços, que cresceu positivamente no nosso País nas últimas décadas e é o setor que mais emprega.

Sr. Presidente, nós temos que ter cuidado e atenção para que não venhamos a onerar o setor produtivo do nosso País.

Nesse momento não vamos mexer nas alíquotas. Nós só poderemos baixar as alíquotas no momento em que nós tocamos a reforma administrativa, que é a terceira reforma estruturante e fundamental para o Brasil. Daí sim, com essa reforma, nós vamos promover uma economia de aproximadamente 300 bilhões de reais, nós vamos enxugar o poder público, promovendo economia, e vamos poder mexer nas alíquotas do nosso País.

Sr. Presidente, eu quero também poder afirmar desta tribuna, com muita convicção, que a reforma administrativa que tramita nesta Casa, que passou pela CCJ, da qual eu tive a honra de ser o Relator, que foi para a Comissão Especial e que teve na sua relatoria o competente Deputado Arthur Oliveira

Maia, está pronta para ser votada no plenário desta Casa.

Sr. Presidente, a reforma administrativa não tira nenhuma vírgula dos direitos adquiridos dos servidores públicos atuais do Brasil. Quem falar o contrário estará mentindo, estará espalhando *fake news*. Ela cria um novo modelo de serviço público para o futuro, até porque os direitos são direitos adquiridos. A lei não permite que se mexa, e não é a intenção desta Casa fazê-lo.

O Poder Legislativo é concedente, ele não é excludente. Portanto, os servidores do Brasil, os 12,5 milhões de servidores do Brasil, com a aprovação da reforma administrativa, não terão nenhuma alteração nos seus direitos adquiridos.

O novo modelo é fundamental, porque o serviço público hoje no Brasil — e me dói dizer isso — é um serviço público atrasado, oneroso, arcaico, que cobra muito, Deputado Gilson Marques, e oferece pouco para a população.

Portanto, com a reforma administrativa, nós poderemos — e vamos — modernizar o serviço público. Nós temos que investir em novas tecnologias no serviço público. Nós precisamos dar eficiência ao serviço público.

Na reforma administrativa que está pronta para votarmos no plenário, o Relator Arthur Maia incluiu a meritocracia que a China utiliza há 600 anos. Vejam como o Brasil está atrasado! O Relator Arthur Maia incluiu a avaliação de desempenho dos servidores públicos.

Hoje, o servidor assume e logo ascende ao topo da carreira, sem haver avaliação de desempenho. Isso é um absurdo!

Nós temos também, Sr. Presidente, que manter o princípio da subsidiariedade na reforma administrativa, porque é esse princípio que vai fortalecer as parcerias público-privadas, que é o poder público em parceria com a iniciativa privada, como é o caso, por exemplo, dos hospitais filantrópicos, que já funcionam muito bem em nosso Brasil.

Nós temos que manter, Sr. Presidente, conforme foi mantida no texto do Relator, a estabilidade para os demais cargos. É claro que foi criado um modelo de contratação por 8 anos. A estabilidade é fundamental para todos os servidores, principalmente para os servidores de carreira típica de Estado, aqueles que têm poder de polícia. Esse ponto não pode ser mexido. Os servidores de carreira típica de Estado têm que ser valorizados, têm que ser fortalecidos, e esta Casa haverá de consagrar o direito desses servidores.

Portanto, Sr. Presidente, sob a liderança do nosso grande Presidente Arthur Lira — e, com certeza, S.Exa. já falou disso na imprensa —, após a reforma tributária, nós vamos nos debruçar em cima da terceira reforma, fundamental para o Brasil, para o futuro do Brasil, que é a aprovação da reforma administrativa.

164.2023	Sessão Ordinária - CD	04/09/2023-20:24
Publ.: DCD - 05/09/2023	Sâmia Bomfim-PSOL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada manifestou preocupação com a possível retomada da discussão sobre a reforma administrativa (PEC 32/20) no Congresso. Destacou que essa medida representaria a precarização do serviço público e a substituição de servidores por contratos informais e indicações políticas, comprometendo a qualidade do serviço público no País. Além disso, expressou inquietação com a proposta de consulta ao Tribunal de Contas da União para que não se garanta os pisos constitucionais da saúde e da educação, o que poderia colocar essas áreas em risco. Enfatizou a importância de seguir uma lógica que beneficie a população e contribua para o crescimento econômico.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Na última Legislatura, nós obtivemos uma conquista muito importante: a derrota da PEC 32/20. Mas muito nos preocupa o anúncio de que pode voltar a tramitar no Congresso algum tipo de reforma administrativa, que, conforme se discute hoje, seria a própria PEC 32, que já foi aprovada em Comissão Especial e, portanto, poderia ser votada diretamente em plenário, ou um novo texto a ser enviado para cá, que criaria outros critérios para essa reforma.

Eu tenho conversado muito, Deputada Lídice, com vários sindicatos e associações, e com os servidores públicos de maneira geral, que demonstram muita preocupação com essa matéria.

Eu queria dialogar com os nossos colegas, a fim de que façamos um esforço para que essa não seja uma das pautas a tramitar neste ano. Isso significa a precarização do serviço público e, acima de tudo, a substituição dos servidores públicos, seguindo uma lógica de terceirização, de privatização, por contratos informais, por indicações políticas, o que é completamente contra a lógica da boa gestão e do bom serviço público para o País.

Também vejo com muita preocupação a proposta de não garantia dos pisos constitucionais da saúde e da educação por meio de uma consulta ao Tribunal de Contas da União, o que já poderia ser válido para este ano. Como seria necessária uma alteração constitucional para a desconstitucionalização desses

pisos, seria feita somente uma consulta formal ao TCU. O método é bastante questionável. Seria passar por cima de uma decisão que teria que ser do Congresso — uma decisão difícil, uma alteração constitucional.

O problema não está só no método, mas também no mérito. A não garantia do pagamento do piso constitucional da saúde e da educação significa colocar essas duas áreas sociais fundamentais em risco, inclusive com risco de colapso. Nós queremos que o Brasil avance. Os bons índices da economia que o Governo Lula tem conseguido conquistar neste primeiro período têm a ver justamente com investimentos públicos nas áreas sociais. Essa é a regra do jogo. Quanto mais o Estado brasileiro investe, maior o nosso crescimento e, conseqüentemente, maior a distribuição. Nós não podemos ir numa lógica contrária a algo que é bom para população e também para a aprovação dos índices do Governo, que está surpreendendo a si mesmo com os números que estão sendo conquistados, tanto de inflação quanto de crescimento. Estão sendo superadas as expectativas, porque há investimento público. Nós não podemos ir na contramão disso.

Obrigada.

Documento 3/10

164.2023	Sessão Ordinária - CD	04/09/2023-20:56
Publ.: DCD - 05/09/2023	Glauber Braga-PSOL -RJ	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou o Governo Lula para aderir à pretensão do Presidente Arthur Lira de votar a reforma administrativa. Argumentou que essa medida poderia resultar em esvaziamento do serviço público e prejudicar a imagem do Governo. Além disso, criticou a ideia do Secretário do Orçamento de não cumprir os pisos constitucionais para saúde e educação, afirmando que o PSOL se opõe a qualquer tentativa de desconstitucionalizar esses investimentos essenciais. Enfatizou a importância de garantir recursos adequados para a saúde e a educação pública, em oposição à política pró-mercado da velha direita. O orador afirmou que a bancada do PSOL, com a ajuda de seus militantes espalhados pelo Brasil, vai lutar contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a PEC da reforma administrativa.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, nós temos que defender o Governo Lula contra todos os ataques da extrema direita, dos golpistas, dos fascistas de plantão. Mas quem avisa é porque quer ser amigo. O Governo não pode entrar nessa onda do Sr. Presidente Arthur Lira, que quer botar em votação reforma administrativa.

Sabem o que Lira quer? Quer botar a reforma administrativa em votação para esquarterar o serviço público brasileiro e, na próxima campanha, juntar-se à extrema direita, com a família Bolsonaro, e dizer: "*Olha, o Bolsonaro não fez a reforma administrativa, mas este Governo fez*". Então, não podemos entrar nessa onda.

E digo mais: o mesmo temos que falar para essa tentativa — e hoje saiu uma declaração do Secretário do Orçamento — de não cumprir os pisos constitucionais para a saúde e para a educação, dizendo, inclusive, que vai ao Tribunal de Contas tratar disso. Não, não!

A partir do momento em que a Emenda Constitucional nº 95 não mais existe — nós do PSOL fomos críticos ao autoteto do arcabouço fiscal —, não pode prevalecer a ideia de que recurso para saúde e educação tem que ficar congelado. Não! Tem que haver o cumprimento do piso constitucional para a saúde e para a educação pública.

Está havendo um tensionamento muito forte da velha direita, que se denomina em determinados momentos direita liberal, mas que, economicamente, quer a implementação da sua política pró-mercado para essa desconstitucionalização. Fazem isso o tempo inteiro. E é nosso papel, é papel da Esquerda dizer "não" e tensionar exatamente para o contrário, para que haja garantia dos investimentos públicos para a saúde e para a educação.

Então, nós da bancada do PSOL, militantes do PSOL espalhados por todo o Brasil, o nosso mandato vai dizer em alto e bom som: "não" à PEC 32, "não" à reforma administrativa e "não" a qualquer tentativa de desconstitucionalizar os mínimos para a saúde e para a educação pública brasileira.

Documento 4/10

164.2023	Sessão Ordinária - CD	04/09/2023-22:44
Publ.: DCD - 05/09/2023 -	Reinhold Stephanes-PSD -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou a aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil, destacando que trará mais estabilidade e segurança para os policiais. Criticou o que considera excessos do politicamente correto e apontou a esquerda como intolerante. Defendeu a PEC 32, referente à reforma administrativa, ressaltando

sua importância para modernizar o setor público e gerar economia. Lembrou que reformas anteriores, como a trabalhista e a previdenciária, foram cruciais para o Brasil e enfatizou a necessidade de aprovar as reformas tributária e administrativa. O parlamentar concluiu criticando a oposição da esquerda a ambas as propostas.

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto, também delegado da Polícia Civil, primeiro, quero parabenizá-lo por conduzir esta sessão de hoje, quando a Polícia Civil teve a sua lei orgânica aprovada, o que vai gerar mais estabilidade e segurança para a atuação dos policiais de todo o Brasil.

Temos que ser tolerantes com os intolerantes, mas eu não consigo mais. A Esquerda passa do ponto. O politicamente correto é um desastre. A primeira vítima do politicamente correto é a verdade. Temos que falar com meias palavras porque qualquer coisa ofende esses ignorantes da Esquerda.

Vimos como a PEC 32, a PEC da reforma administrativa, foi tão atacada aqui hoje. Eu fui membro da Comissão que aprovou a PEC 32, na legislatura passada. A proposta está pronta para vir ao plenário. Ela moderniza e agiliza o setor público, garante melhor atendimento da população e também faz com que o Brasil economize.

Temos hoje a PEC 32, da reforma administrativa, que o Presidente Lira colocará em votação na Casa. A reforma administrativa é muito importante para o Brasil. O Temer fez a reforma trabalhista, o Bolsonaro fez a reforma previdenciária. Essas duas reformas foram muito importantes para o País. Agora nós temos a reforma tributária e a reforma administrativa para fazer. É fundamental para o País aprová-las.

Vemos hoje o País melhorando no sentido de querer a reforma tributária e a reforma administrativa, muito importantes para o País, e os Deputados da Esquerda atacam as duas.

Obrigado, Presidente.

Documento 5/10

166.2023	Sessão Ordinária - CD	05/09/2023-16:32
Publ.: DCD - 06/09/2023	Alice Portugal-PCdoB -BA	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada manifestou posição contra o retorno da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa. A chamada PEC 32, segundo a oradora, desestrutura o serviço público e terceiriza as funções do Estado, tratando-se de uma matéria perversa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero para fazer o registro de que temos visto na imprensa líderes nacionais defenderem o retorno à apreciação do projeto da reforma administrativa, a famigerada PEC 32, que foi derrotada politicamente por discussão desta Casa, não houve clima político para ser trazida para o Plenário, porque, se viesse, perderia. Ela não reforma nada! Deforma o Estado, terceiriza o Estado, substitui professores por não licenciados, privatiza e entra no mérito das negociações salariais das empresas públicas e estatais. Lamentavelmente, é um desastre! Acaba com a estabilidade, rompe com o rito do estágio probatório, aumentando-o para 3 anos e não o contando a título de aposentadoria. É um texto perverso! Nós não aceitamos a PEC 32!

Documento 6/10

172.2023	Sessão Ordinária - CD	13/09/2023-14:16
Publ.: DCD - 14/09/2023	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O orador enfatizou a importância de uma reforma administrativa como um passo essencial para enfrentar os problemas econômicos no Brasil. Ressaltou que o alto custo da máquina pública é a raiz dos desafios financeiros do País e que essa questão precisa ser abordada antes de outras reformas. Argumentou que a falta de flexibilidade nos gastos públicos torna a economia vulnerável e inibe o investimento, criando incertezas para os empresários. Expressou preocupação com a possibilidade de uma reforma tributária que aumente a carga fiscal, tornando-se impopular e prejudicial ao consumo e à produção. Defendeu a liberalização da economia como uma abordagem mais eficaz para aumentar a arrecadação e instou o governo a considerar uma reforma administrativa para conter os custos e tornar a entrega de serviços mais eficiente. O orador questionou se o Estado brasileiro está realmente medindo a eficiência na prestação de serviços e enfatizou a necessidade de medidas nesse sentido.



O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Hoje de manhã nós estivemos no café da manhã promovido pela Frente Parlamentar do Livre Mercado, ocasião em que demos o apoio a toda tentativa de fazer uma reforma administrativa. Essa reforma é extremamente importante, porque é daí que vem o grande problema. Nós nos debatemos aqui em tentar resolver as consequências de não fazer uma reforma administrativa, que deveria preceder todas as outras reformas. Nós estamos falando de reforma tributária e de todos os tipos de reformas com relação a juros, interferência em preços, controle disso e controle daquilo, mas não falamos do que gera esses problemas.

O que gera o problema é não ter um Estado em que os custos sejam flexíveis e baseados na arrecadação. E o que está acontecendo? A arrecadação está caindo, e, proporcionalmente, o que nós arrecadamos não consegue suplantar aquilo que gastamos, o rombo aumenta, e isso gera todo tipo de impacto econômico, impacto monetário, impacto fiscal. Nós temos uma previsibilidade do Brasil que está completamente comprometida. Ninguém investe no momento de agora, todo mundo investe olhando para frente. Se, olhando para frente, o rombo vai estar maior ainda, todo mundo para de investir. Então, esta é a lógica de todo investidor.

Agora, o que nós estamos fazendo aqui? Nós não estamos debatendo o problema. O problema é que nós temos um custo enorme! Nós temos que reformar e temos que ter flexibilidade para poder atuar nesse custo. Aí, sim, podemos até fazer uma reforma tributária. É isso que eu acho que está gerando um problema para o Governo agora.

Eu acho até que é do interesse do Governo fazer uma reforma administrativa, porque ele está vendo que, com a arrecadação caindo e com o potencial de fazer uma reforma tributária com muito mais arrecadação e com muito mais alíquota subindo, isso vai se tornar extremamente impopular, vai criar uma implosão de consumo e de produção. Isso é certo!

Então, eles têm que fazer uma reforma administrativa. O próprio Governo tem que fazer essa reforma administrativa. A narrativa do Governo é sempre de gastar mais, gastar mais, gastar mais; contratar mais, contratar mais, contratar mais; melhorar ainda mais o pagamento dos funcionários públicos, e a economia, como é que vai? Em vez de deixar a economia fluir, estão interferindo, controlando o preço e fazendo toda sorte de blindagem da livre iniciativa. Eles têm que fazer o contrário. Nós temos que liberalizar a economia para que até o próprio Governo tenha o benefício disso e entenda essa dinâmica.

Concluindo, Presidente, nós temos aqui que, talvez, doutriná-los no que seria uma alternativa ao que está sendo debatido pelo Governo e Ministério da Economia. Não é o caminho certo querer restringir a economia e, ao mesmo

tempo, aumentar arrecadação. Isso não funciona. Se quiser aumentar a arrecadação, tem que liberalizar a economia.

E, como não vai dar tempo — certamente não vai dar tempo para a economia reagir ao compasso do aumento de gastos que eles querem —, temos que ter uma reforma administrativa, sim, para conter custos e para que esses custos sejam comensuráveis à entrega de serviços com todos os benefícios que a população brasileira tem por mérito. A população paga muitos tributos, comparada a outros países e a outros povos, e eu não vejo nenhuma medida de benefício, de fato, de eficiência.

Nós estamos tendo eficiência na entrega desses serviços? Quem está medindo isso? Eu não vejo o próprio Governo medindo isso, o próprio Estado não faz a medida. Então, nós temos que ter uma reforma administrativa até para impor medidas de eficiência, que não existem no Estado brasileiro.

Colegas e Presidente, muito obrigado.

Documento 7/10

173.2023	Sessão Ordinária - CD	14/09/2023-12:20
Publ.: DCD - 15/09/2023 -	Erika Kokay-PT -DF	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada discorreu sobre a possível aprovação de proposição que trata da devolução de ICMS aos estados ou aos municípios brasileiros. Esclareceu que o Governo anterior adotou uma série de medidas na tentativa de comprar votos - além de pretender que um hacker demonstrasse a insegurança das urnas eletrônicas - e a redução do ICMS tinha essa finalidade. De passagem, manifestou-se contra a volta da tramitação na Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que trata da reforma administrativa. De acordo com cálculos apresentados no discurso, o Distrito Federal poderá receber em torno de 390 milhões de reais de ICMS. A oradora instou o Governador Ibaneis Rocha a utilizar esse montante na reestruturação da carreira de assistência à educação, cumprindo promessa de campanha.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós vamos discutir e provavelmente aprovar uma proposição que trata da devolução do ICMS que foi retirado dos Estados ou parte dele dos próprios Municípios.

Esse ICMS foi retirado porque o último ano do Governo do hoje inelegível foi um Governo para tentar comprar votos. De forma desesperada, tentaram

questionar as urnas eletrônicas e comprar votos.

Nunca se gastou tanto no Brasil, inclusive se possibilitou empréstimos a pessoas negativadas. Isso deu um prejuízo imenso para a Caixa, que está sendo delineado hoje. Aliás, falando de Caixa, nós vimos tantas denúncias de assédio sexual, tantas denúncias de assédio moral numa instituição que é fundamental para o próprio Brasil.

A Caixa surge como um monte de socorro. A Caixa financiou várias cartas de alforria. De repente, utilizaram a Caixa e o Estado como se fossem propriedades deles.

Aqui há denúncias de que se tentou contratar um *hacker* para poder comprovar a inviabilidade ou a insegurança das urnas eletrônicas. E o inelegível chegou a dizer: "*Não, você pode fazer, porque, se você for pego, eu vou indultar você*". O Estado foi pisoteado, o Estado estava a serviço dos governantes. E se tentou implementar, inclusive, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que não pode voltar a tramitar nesta Casa, porque é o Estado de compadrio, o Estado da República Velha.

E nós estamos para discutir aqui o retorno do ICMS, que foi retirado dos Estados e de parte dos Municípios para que houvesse as condições que o povo brasileiro rejeitou, porque o povo brasileiro é muito desassombrado. Diante de tanta utilização da máquina pública, de tanta tentativa de compra institucional de votos, o povo brasileiro elegeu Lula.

Para o Distrito Federal, num cálculo grosseiro que pode ser precisado, isso vai representar, Deputado José Nelto, por volta de 390 milhões de reais — para o Distrito Federal. E nós temos um Governador que diz que não tem recursos para cumprir as suas próprias promessas de campanha. Nós temos a carreira de assistência à educação, educadores e educadoras que são fundamentais para qualquer país. A cidadania é na sala de aula. É dentro de uma escola que se faz e se constrói cidadania, que se constrói, inclusive, concepção de Nação.

O Governador do Distrito Federal chegou a dizer, durante a campanha, que iria, sim, trabalhar na incorporação de uma gratificação na carreira de assistência à educação e também na reestruturação do plano de carreira. E agora simplesmente não quer negociar ou não quer honrar o seu próprio compromisso, dizendo que não há recursos.

E os quase 390 milhões de reais que vai receber? Será que não importa a educação neste País ou nesta cidade? Será que os assistentes, os profissionais da carreira de assistência à educação, que constroem a educação aqui no Distrito Federal, que asseguram o que é educação política generosa, política transformadora no Distrito Federal, não serão respeitados?

Por isso venho aqui para dizer: Governador Ibaneis, cumpra sua promessa. Governador Ibaneis, reestruture a carreira de assistência à educação.

Governador Ibaneis, incorpore a gratificação, porque recursos há. É preciso ter vergonha na cara para descumprir aquilo que foi prometido. Ninguém é obrigado a prometer. Se prometeu, tem que cumprir.

Documento 8/10

180.2023	Sessão Ordinária - CD	20/09/2023-15:48
Publ.: DCD - 21/09/2023	Glauber Braga-PSOL -RJ	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado mencionou a existência de uma pressão para transformar em agenda nacional a reforma administrativa. Afirmou que o verdadeiro objetivo é desestruturar o serviço público do Brasil para que o mercado se sobreponha ao interesse público. Conclamou a Esquerda a posicionar de maneira firme contra qualquer tentativa de aprovação dessa proposta. O orador ressaltou que sua posição é a mesma da bancada do PSOL, e manifestou expectativa de que cresça a defesa do serviço público.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está rolando uma forçação de barra para transformar em agenda nacional a reforma administrativa, o que é, de fato, uma deforma. O que querem é esquarterar o serviço público brasileiro. Para quê? Para não ter fiscalização sobre os mercados e, além disso, para fazer negócio privado com o que deveria ser interesse público.

A Esquerda tem que se posicionar frontalmente contra essa tentativa de aprovação de deforma administrativa. Essa é a minha posição e da bancada do PSOL. Sei que também é a posição de V.Exa., Deputado Pompeo. Que haja cada vez mais manifestações em defesa do serviço público, do cumprimento do piso para saúde e para a educação e não da reforma administrativa.

Documento 9/10

180.2023	Sessão Ordinária - CD	20/09/2023-17:32
Publ.: DCD - 21/09/2023	Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou sobre preocupações econômicas emergentes, enfatizando desequilíbrio entre arrecadação e despesas governamentais. Na sua opinião, o atual modelo econômico pode resultar em inflação e alta de juros, prejudicando consumidores e gerando pressões sobre o Parlamento. Destacou ainda a necessidade de uma reforma administrativa para equilibrar as contas e conter gastos excessivos. Como Presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, ele anunciou sua intenção de colaborar com outros líderes de frentes parlamentares e propôs um front amplo. O Parlamentar convocou seus colegas a se unirem neste esforço e mencionou reuniões e jantares planejados para debater a reforma administrativa. Concluiu convidando Deputados de todos os espectros a participar dessas discussões.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Colegas, eu gostaria de atentar para um fato que nos atinge diretamente, porque vai nos envolver, e espero que envolva a opinião pública também. A condução econômica que estamos vendo nos leva diretamente a um confronto com as obviedades. A arrecadação não está sendo suficiente para suprir as necessidades autoimpostas pelo atual Governo, e está se criando um rombo, porque a arrecadação está menor do que seria necessário para suprir essa sanha de ganância. Muito bem.

O mercado como um todo está vendo que, neste ano e no ano que vem, não haverá como fechar a conta. Não fecharemos essa conta. Quem vai pagar o pato é o consumidor brasileiro, com inflação, alta de juros... Tudo isso impacta diretamente no pai de família, no trabalhador, e, por consequência, cria uma demanda direta contra nós, Deputados. Então, cabe a nós, Deputados, nos unirmos, para fazermos uma reforma administrativa.

Várias frentes parlamentares estão se unindo. Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado. Vou me unir aos demais Presidentes de frentes parlamentares e criar um *front* bem amplo para que nós, Parlamento, assumamos a responsabilidade de equilibrar a conta de fato, de trabalhar o problema, e não a consequência. O problema é o excesso de gastos. Há necessidade de ajuste da máquina pública condizente com aquilo que é arrecadado. Isso parece razoável. Mas, para muitos, de um lado ideológico, isso é completa heresia.

Temos que desvincular o Estado da economia. Cabe a todos os Deputados se unir nesse novo *front*. Teremos reuniões já na semana que vem, na terça-feira, jantares para os Deputados, para explicarmos a reforma administrativa. Convido a todos, de todos os matizes, que queiram fazer a coisa séria, que queiram fazer a coisa razoável.

Muito obrigado, Presidente e colegas.

Documento 10/10

185.2023	Sessão Ordinária - CD	26/09/2023-18:28
Publ.: DCD - 27/09/2023	Tadeu Veneri-PT -PR	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado manifestou preocupação com a possibilidade de uma nova reforma da Previdência, enfatizando que toda revisão do sistema previdenciário tem sido onerosa ao trabalhador brasileiro. Também criticou a volta do debate da PEC 32, que trata da reforma administrativa, e afirmou que votará contra uma proposta que destrói o serviço público e faz o funcionalismo levar a responsabilidade pelos supostos problemas da gestão. Acrescentou que o seu partido, PT, assim como o PSOL e outros parlamentares deverão votar contra a PEC 32. Sobre o reajuste da Previdência dos aposentados do Estado do Paraná, de 11% para 14%, considerou-o uma espécie de confisco, por estar acima da capacidade contributiva da categoria. O orador criticou a possibilidade de novos confiscos e novas desonerações da folha, instando as autoridades a não sobrecarregar aqueles que são constantemente forçados a pagar a conta, os trabalhadores e aposentados.

O SR. TADEU VENERI (Bloco/PT - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Nesse período em que nós temos discussões, Deputado Haully, muito interessantes a respeito da economia, uma delas me chama muito a atenção. Nós fizemos aqui nesta Casa várias reformas da Previdência, que nunca resolveram por completo — V.Exa. sabe, V.Exa. esteve aqui — o problema da Previdência. Não da Previdência assistência, a Previdência é superavitária, o que não é superavitário é a assistência, nós sabemos disso.

Mas o que me chama a atenção agora, Srs. Deputados, é que, depois de nós termos feito uma desoneração da folha, Deputado Chico, de 30 bilhões de reais, que é o estimado, agora se fala novamente que é preciso rever a Previdência, apesar de termos tirado de 20% para 4% para muitos daqueles 9 milhões que teoricamente seriam beneficiados. Mas rever em que sentido e rever para quem? Porque todas as vezes que se fala em rever a Previdência, é só para onerar o trabalhador ou a trabalhadora.

No momento em que a Câmara volta a discutir a malfadada PEC 32, aquela



que destrói o serviço público, aquela contra a qual nós já nos manifestamos — e já disse inclusive aqui que, se vier a voto, o meu voto, pelo menos, e acredito que do meu partido, será contrário, assim como o do PSOL e de outros Deputados aqui também —, o que não dá para admitirmos é que sempre o servidor público, sempre o trabalhador acabe pagando por todos os "problemas", entre aspas, que acontecem, ou pelo menos dizem acontecer, com o Brasil, com o serviço público.

E agora, Sr. Presidente, nós temos uma situação no meu Estado, em muitos Estados, em muitas cidades, que é muito curiosa. Quando aumentaram de 11% para 14% o desconto da Previdência dos aposentados, ficou como sendo natural aquilo, sem que houvesse nenhum tipo de reajuste. Na verdade, isso é confisco. E na última semana estive com vários aposentados do Estado do Paraná do serviço público, professoras, professores, servidores de forma geral, e todos eles fizeram a mesma pergunta: *"Nós não tivemos reajuste algum, no nosso caso do Paraná. As Prefeituras não tiveram reajuste acima desse percentual. Nós estamos aposentados. Por que o aposentado hoje, que pagava 11%, vai ter que pagar 14%, se ele não vai ter nenhum tipo de benefício a mais, além disso?"*.

Eu não sei responder a essa pergunta, a não ser dizer que o que, de fato, se está fazendo é um confisco — e isso configura confisco porque está acima inclusive da capacidade contributiva dessas pessoas, que contavam, quando se aposentaram, com esse valor não só para a sua aposentaria, para a sua subsistência. Mas fica a pergunta novamente: até quando esse confisco? E quais os novos confiscos que estão previstos? Se querem desonerar a folha, se querem fazer coisas importantes, que possam fazê-lo, desde que depois não venham novamente com outra conversa de mais uma vez cobrar daqueles que já são cobrados muitas vezes.

Peço, Sr. Presidente, que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e em todos os órgãos de divulgação da Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.